





EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PARCEIRO PRIVADO	
Edital N° 0309/2025	Objeto Broker de Pagamento Geral
PARECER TÉCNICO DE IMPUGNAÇÃO N° 008/2025	

	OBJETIVO	Emitir Parecer Técnico, elaborado pela Comissão Especial, que analisou o pedido de impugnação apresentado após a publicação do Chamamento Público.
---	-----------------	--

	ATO	Chamamento Público
	INTERPOSIÇÃO	Impugnação
	IMPUGNANTE	ABREMPAG Associação Brasileira das Empresas de Meios de Pagamento de Débitos Veiculares e Tributos Governamentais.

	ENDEREÇO ELETRÔNICO	parceria-brokergeral@serpro.gov.br
	SÍTIO DE PUBLICAÇÃO	https://www.serpro.gov.br/consultas-publicas/sede/0309-2025

	ELABORAÇÃO	DINGM/SUNIN/INPAR/INEPN - Douglas Câmara Santiago
	COLABORAÇÃO	DINGM/SUNIN/INPAR/INEPN - José Roberto Machado
	RESPONSÁVEL	DINGM/SUNIN/INPAR/INEPN - Leandro Moreira da Silva DINGM/SUNIN/INPAR - Eder Luis dos Santos Silva

	ASSINATURAS	
---	--------------------	--

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 Preliminarmente, cabe esclarecer que o edital tem como finalidade a realização de Chamamento Público destinado a selecionar pessoa jurídica de direito privado, visando a escolha do parceiro privado que reúna as características mais adequadas para a formação de parceria com o SERPRO, buscando explorar oportunidade de negócio de construção e oferta de uma solução de **Broker de Pagamento Geral**.

2. IMPUGNAÇÃO

2.1 Tempestividade da Impugnação

2.1.1 Considerando o prazo até 21/05/2025, constata-se que o pedido de impugnação apresentado pela impugnante **ABREMPAG** em 19/05/2025 é tempestivo.

2.2.2 Acrescente-se que a Impugnação adotou o endereço eletrônico adequado, foi motivada e fundamentada, portanto, cumpriu os requisitos estabelecidos no edital para a sua admissibilidade.

2.2 Síntese da Impugnação

2.2.1 Em sua Impugnação, a impugnante **ABREMPAG** alega, em síntese (grifo nosso):

III.a – Adoção indevida do modelo de parceria estratégica

[...]

No entanto, a análise de seu conteúdo revela que a modelagem contratual adotada não guarda correspondência com a realidade do objeto proposto, caracterizando desvio de finalidade e **tentativa de mascarar uma contratação direta** de solução já consolidada no mercado, em flagrante burla ao dever de licitar.

O Anexo I do Edital indica que a finalidade da parceria é a construção de uma solução tecnológica que funcione como **Broker de Pagamento Geral**, integrando entes públicos e sistemas financeiros em múltiplos níveis. Contudo, as funcionalidades exigidas no Anexo III não refletem um projeto de inovação conjunta em fase inicial, **mas sim a entrega de uma solução completa, com especificações detalhadas e características já amplamente conhecidas e disponíveis no setor de meios de pagamento**. Tais funcionalidades incluem integração com Pix, checkout responsivo, conciliação automatizada de pagamentos, verificação antifraude, dashboards com KPIs, relatórios de auditoria, integração com ERP, suporte a boletos e múltiplos adquirentes, entre diversas outras.

Ou seja, a descrição técnica da solução demonstra que o parceiro será selecionado não para desenvolver algo novo em conjunto com o SERPRO, **mas para fornecer uma estrutura já consolidada, configurando contratação disfarçada sob o regime de parceria estratégica**.

[...]

Além disso, o Edital estabelece **prazo de apenas cinco anos para a vigência da parceria**, o que contraria a lógica das parcerias estratégicas genuínas. Projetos

verdadeiramente colaborativos e inovadores, que demandam desenvolvimento conjunto, investimento estruturante e compartilhamento de riscos, pressupõem prazos estendidos, que permitam retorno adequado, adaptação progressiva e ciclos completos de maturação. O prazo previsto no Edital está mais alinhado a contratos administrativos tradicionais do que ao modelo excepcional de parceria estratégica, o que evidencia novo indício de inadequação da modelagem adotada.

[...]

A doutrina especializada, representada por autores como Dawison Barcelos e Ronny Charles, reforça esse entendimento ao afirmar que *"compreendemos que, de maneira geral, as oportunidades de negócio se prestarão a viabilizar parcerias com agentes privados para a consecução de objetos ou de objetivos que, isoladamente, a empresa estatal não teria capacidade de obter ou desenvolver"*. Tal pressuposto não se verifica no presente caso, já que o SERPRO, de fato, **busca adquirir uma solução que já pode ser contratada diretamente do mercado, por meio de licitação, com ampla concorrência e potencial de economicidade.**

[...]

Trata-se de vício insanável, que compromete a validade de todo o procedimento e **exige**, desde já, o **cancelamento do Edital ou sua completa reformulação**, com adoção do rito licitatório adequado.

III.b – Ausência de parâmetros mínimos de remuneração do parceiro: violação à segurança jurídica e à lógica da parceria competitiva

[...]

A **ausência de informações mínimas sobre o modelo de remuneração do futuro parceiro privado** configura **vício grave** no Chamamento Público n. 309/2025. Ao convidar a iniciativa privada a participar de uma "Oportunidade de Negócio" com o SERPRO, o Edital exige dos interessados não apenas capacidade técnica, mas também disposição para investir tempo, estrutura e capital no desenvolvimento da solução pretendida – o que pressupõe, necessariamente, a possibilidade de avaliação do retorno econômico esperado.

No entanto, o certame **é absolutamente silente quanto à definição dos fluxos financeiros e da lógica de remuneração da parceria**, seja em seu corpo principal, seja na Minuta Padrão de Contrato Associativo (Anexo VI). O único trecho que tangencia a temática consta do item 8 da minuta, segundo o qual: "As receitas auferidas pela Parceira e pelo SERPRO decorrerão de contratos celebrados pelo SERPRO, gestor comercial dos produtos, junto aos clientes."

Essa previsão, além de **genérica**, não fornece qualquer parâmetro objetivo (seja percentual, indicativo, metodológico ou mesmo estimativo) que permita ao potencial parceiro avaliar a viabilidade econômica da parceria.

[...]

A omissão do SERPRO quanto à estrutura mínima de remuneração frustra a própria lógica da parceria estratégica: **o modelo exige corresponsabilidade, assunção de riscos e divisão de resultados – o que pressupõe clareza mínima quanto às formas, critérios e expectativas de remuneração.** Sem isso, não há como estruturar uma proposta sólida, tampouco comparar, de forma objetiva, os modelos de negócio apresentados pelas licitantes.

[...]

A ausência completa desses elementos no Edital de Chamamento Público n. 309/2025 **compromete a integridade do processo seletivo e viola os princípios da segurança jurídica, da isonomia e da seleção eficiente**. Além disso, infringe os deveres de **motivação** e de **publicidade das decisões administrativas**, nos termos do art. 37, *caput*, da Constituição Federal, e do art. 2º, *caput* e parágrafo único, da Lei n. 9.784/1999.

Trata-se, portanto, de vício que enseja **o cancelamento do Edital, ou, ao menos, a obrigatoriedade de sua reabertura com a inclusão de elementos que viabilizem a modelagem econômico-financeira das propostas**. Não é admissível que se convoque o setor privado a aportar tecnologia, inovação e recursos sem que se esclareçam, minimamente, quais as bases para o retorno desse investimento.

III.c - Indeterminação do objeto. Excessiva abstração na descrição da oportunidade de negócio

Para além da ausência de parâmetros mínimos de remuneração do parceiro, uma outra irregularidade do Edital diz respeito à **excessiva abstração na descrição da oportunidade de negócio**, que **inviabiliza a adequada compreensão do escopo da parceria pretendida**. A redação do item 1 do Anexo I do Edital emprega **finalidades amplas**, como a modernização da arrecadação pública, o fortalecimento do papel do Estado como provedor digital ou a integração com sistemas internacionais, sem delimitar com precisão o que se espera da solução.

Essa falta de clareza compromete a transparência, a segurança jurídica e a isonomia do certame, dificultando a elaboração de **propostas completas e comparáveis entre si**. A ausência de parâmetros objetivos, metas claras e divisão de responsabilidades entre as partes afasta o processo do rigor exigido para contratações com a Administração Pública, notadamente quando se busca justificar o afastamento do procedimento licitatório ordinário.

Além disso, o Regulamento de Parcerias em Oportunidades de Negócio (RPON) do próprio SERPRO prevê que a celebração de parcerias deve ser precedida de estudos detalhados, incluindo a **elaboração de Plano de Negócios Preliminar** que identifique com precisão a oportunidade, demonstre sua viabilidade técnica, jurídica e econômico-financeira, e fundamente a opção pelo modelo de parceria. **Tais elementos, se existem, não foram disponibilizados no Edital, violando frontalmente o dever de publicidade e comprometendo a avaliação informada por parte dos potenciais parceiros.**

[...]

Exige-se dos interessados o atendimento a requisitos complexos, como gestão de *chargebacks*, análise preditiva de inadimplência e integração com ERPs públicos, sem que se tenha a adequada compreensão do escopo da parceria.

Trata-se de distorção que compromete a competitividade do chamamento e desvirtua a finalidade da parceria estratégica ao **submeter os interessados a exigências desprovidas de referencial técnico claro, abrindo margem para avaliações subjetivas, direcionamento ou impugnações futuras**.

Por todo o exposto, é evidente que a **imprecisão na descrição da oportunidade de negócio afronta os princípios da legalidade, publicidade, motivação e eficiência**, devendo o Edital ser integralmente reformulado para delimitar, com clareza e

objetividade, o escopo da parceria pretendida, suas etapas, entregas previstas e responsabilidades de cada parte.

III.d – Exigências técnicas desproporcionais e distorção nos critérios de avaliação

[...]

Embora o Edital se declare voltado à celebração de parceria estratégica para desenvolvimento de tecnologia, **os requisitos de qualificação técnica exigidos das interessadas não guardam correspondência com os elementos essenciais à execução do objeto.**

O Edital estabelece, como uma das poucas exigências técnicas, a comprovação de experiência prévia com tecnologias **blockchain**, sem que essa funcionalidade conste de forma clara e justificada entre os requisitos funcionais da solução a ser desenvolvida. Ou seja, o SERPRO **impõe um critério técnico específico, altamente restritivo, que sequer está vinculado às funcionalidades operacionais efetivamente previstas.**

Outro exemplo emblemático é a exigência de funcionalidades de **inteligência artificial**, incluída no Anexo IV entre os requisitos de capacidade técnico-operacional, mas que não consta expressamente do Anexo III, onde estão listadas as funcionalidades esperadas da solução. Trata-se de critério que demanda alto grau de especialização técnica, mas que sequer possui previsão clara entre os requisitos funcionais, o que gera insegurança e ambiguidade quanto ao seu real papel no escopo do projeto.

Além disso, o Edital impõe, de forma genérica, **a comprovação de experiência na implementação e operação de soluções similares junto a, no mínimo, 8 (oito) entes da Administração Pública.** Essa exigência, desprovida de justificativa proporcional, representa **restrição indevida à competitividade**, ao excluir empresas com comprovada expertise tecnológica, mas que ainda não acumularam esse número específico de contratações públicas.

Um outro exemplo de desalinhamento entre os critérios técnicos e as necessidades concretas da parceria proposta, que compromete a integridade do processo seletivo e deve ser objeto de supressão, refere-se à **exigência de experiência comprovada na implementação e operação de solução voltada à realização de pagamentos diretos a beneficiários de programas sociais ou transferências públicas.**

[...]

A **exigência**, portanto, não apenas **extrapola** o escopo técnico do Edital, como **restringe** injustificadamente a **competitividade** do certame, favorecendo empresas com histórico de atuação em nichos assistenciais que nada têm a ver com o objeto arrecadatório da parceria pretendida.

Exigir expertise em transferências sociais para o desenvolvimento de uma solução arrecadatória equivale a exigir experiência em sistemas de folha de pagamento para contratar a construção de um portal de tributos. São escopos distintos, com fluxos inversos, arquiteturas lógicas diversas e objetivos finalísticos incompatíveis.

De igual modo, a exigência de experiência comprovada na implementação e operação da solução com múltiplas moedas ou em cenários internacionais, com suporte a câmbio, integração com instituições financeiras estrangeiras ou facilitação de transações cross-border, constante do Anexo IV do Edital, configura requisito

excessivamente específico, desproporcional e dissociado do escopo funcional do objeto a ser contratado.

Embora o Edital mencione, de forma genérica, a intenção do SERPRO de ampliar sua atuação internacional e estabelecer cooperação com organismos, não há qualquer demonstração de que a funcionalidade de pagamentos internacionais componha o núcleo da solução a ser desenvolvida. Trata-se de uma aspiração institucional acessória, ainda em estágio potencial, que não justifica a imposição de critério técnico restritivo e menos ainda de peso 7.

O objeto do Chamamento Público n. 309/2025 é, em essência, a construção de uma solução nacional de arrecadação pública, com foco na integração de tributos, taxas, contribuições e outras receitas públicas internas, via meios digitais. A exigência de experiência com transações cross-border, operações cambiais e instituições financeiras estrangeiras não guarda pertinência técnica com essa finalidade arrecadatória nacional, tampouco representa um requisito mínimo necessário à execução da parceria.

[...]

Essa escolha evidencia um descolamento entre os critérios de seleção e as demandas reais do projeto, criando um filtro artificial **que favorece empresas com perfis específicos** e exclui outras com comprovada capacidade de entrega, mas que não atuam em nichos tecnológicos específicos como o de blockchain.

Não fosse isso suficiente, o Edital viola frontalmente o art. 16.1, alínea “f”4, do Regulamento de Parcerias em Oportunidades de Negócio (RPON), ao exigir, de forma **obrigatória e cumulativa**, quatro **certificações ISO (9001, 27001, 27701 e 37301)**, sem demonstrar a pertinência direta com o objeto.

O referido dispositivo do RPON admite apenas a pontuação adicional de certificações, desde que correlacionadas à natureza da oportunidade. A imposição cumulativa e eliminatória dessas certificações, bem como a exigência de expertise comprovada em blockchain, extrapolam o escopo normativo e configuram formalismo excessivo (art. 2.2, “e” do RPON5), gerando efeito prático de restrição indevida à competição.

[...]

A gravidade do vício se acentua ainda mais quando se observa a **desproporção na atribuição de pesos entre os quesitos de avaliação funcional e os requisitos de capacidade técnica**. O Edital estabelece 66 quesitos funcionais, que somam 112 pontos, enquanto há apenas 13 quesitos de capacidade, que totalizam 83 pontos. Ou seja, cada requisito de capacidade vale, isoladamente, 6,38 pontos, enquanto cada funcional tem peso médio de apenas 1,69 pontos.

Ainda mais grave é o fato de que alguns quesitos de capacidade técnica recebem pesos elevados (até 7 pontos), a exemplo das experiências anteriores e da experiência comprovada na implementação e operação de solução com inteligência artificial —, enquanto nenhum quesito funcional alcança peso semelhante. **Essa assimetria distorce a lógica de avaliação e confere centralidade a atributos acessórios, em detrimento da funcionalidade e da inovação, que deveriam ser o núcleo da proposta.**

Em outras palavras, os requisitos de capacidade ganham um peso **desproporcional** em relação ao seu papel real no contexto da parceria estratégica, fazendo com que pareçam mais determinantes do que os próprios quesitos funcionais – os quais, paradoxalmente, são utilizados como critério de desempate no Edital6. **A consequência é clara: o processo seletivo acaba priorizando experiências**

desconectadas do objeto em detrimento da aderência funcional e da capacidade de inovação.

Assim, a adoção de critérios técnicos descolados do núcleo do objeto, combinada à atribuição enviesada de pesos, além de comprometer a isonomia e a coerência do processo seletivo, representa mais um indício de direcionamento da contratação, em evidente desvio de finalidade.

Por tudo, caso não acolhido o pedido de cancelamento do Edital de Chamamento Público n. 309/2025, impõe-se a reformulação dos critérios técnicos exigidos, para que guardem relação direta com as funcionalidades pretendidas, promovam competição efetiva e respeitem o interesse público envolvido.

2.3 Dos pedidos:

2.3.1 Conforme se extrai do pedido de impugnação, em síntese, a impugnante pede:

1) O acolhimento integral da presente Impugnação, com o consequente cancelamento do Edital de Chamamento Público n. 309/2025, diante da inadequação da modelagem jurídica adotada em relação à natureza do objeto proposto e da ausência de motivação suficiente para a adoção do modelo de parceria estratégica em substituição ao procedimento licitatório ordinário;

2) Subsidiariamente, caso não acolhido o pedido anterior, a imediata retificação e republicação do referido Edital, com a consequente:

2.1) a reformulação da descrição da oportunidade de negócios, atualmente genérica e incompatível com o grau de complexidade e responsabilidade institucional envolvido;

2.2) a definição clara e prévia dos parâmetros de remuneração do parceiro, elemento indispensável à aferição da viabilidade econômica e da segurança jurídica da parceria proposta;

2.3) a revisão integral das exigências de qualificação técnica constantes dos Anexos III e IV, com a exclusão de critérios descolados do objeto da contratação – notadamente os itens 1, e 6 a 13 do Anexo IV – e a reestruturação das notas atribuídas aos quesitos técnicos, de forma a assegurar proporcionalidade e alinhamento com a materialidade do objeto.

2.3.2 A íntegra do pedido de impugnação apresentado pela empresa **ABREMPAG** encontra-se anexada ao Processo Eletrônico no sítio de publicação.

3. PARECER TÉCNICO**3.1 - III.a – Adoção indevida do modelo de parceria estratégica**

3.1.1 Inicialmente, faz-se necessário esclarecer que o presente Chamamento Público para seleção de empresa privada está vinculado a um processo de formação de parceria de negócio, e não a um processo de contratação convencional. Portanto, não se trata de um procedimento licitatório, mas sim de um procedimento fundamentado no Art. 28, § 3º, inc. II, e § 4º, da Lei nº 13.303/2016, que dispensa a

licitação para a escolha de um parceiro privado cujas características particulares estejam vinculadas à oportunidade de negócio definida e especificada no ANEXO I do Edital.

3.1.2 Importante reforçar, a Parceria pretendida não tem qualquer fundamentação na Lei nº 14.133/2021, Lei das Licitações, utilizada para prestação de serviços e fornecimento de bens via contrato administrativo, tampouco está fundamentada nas formas de contratação direta estabelecidas no art. 29 e 30 da Lei nº 13.303/2016. Trata-se de procedimento associativo fundamentado no art. 28, § 3º, inc. II, e § 4º, da Lei nº 13.303/2016, Lei das Estatais, e regulamentado internamente pelo SERPRO (RPON).

3.1.3 O Edital de Chamamento Público para Seleção de Parceiro Privado nº 0309/2025 é um procedimento **público e competitivo**, portanto não se assemelha a contratação direta na qual não ocorre a pluralidade de interessados.

3.1.4 O processo de formação de parceria do SERPRO busca garantir a preservação dos princípios norteadores que regem a administração pública, porém, se apresenta de forma diferente ao das contratações convencionais.

3.1.5 A título de exemplo, por não se tratar de uma relação de fornecimento, a vantajosidade almejada na escolha de um parceiro privado não consiste na economicidade ou na relação custo-benefício, mas sim na avaliação das **características particulares** do potencial parceiro privado e de suas soluções, que podem ser dependentes de aspectos vários, tais como a escalabilidade, experiência operacional, presença nacional, requisitos, funcionalidades, governança empresarial, social e ambiental, dentre outros.

3.1.6 Como pode ser observado no Regulamento de Parcerias em Oportunidades de Negócio do SERPRO (RPON), a formação de parcerias deve ser precedida de processo administrativo. Contudo, os elementos constituintes do planejamento administrativo não são Estudos Técnicos Preliminares (ETP) e/ou Projetos Básicos (PB), mas sim a Avaliação Preliminar de Oportunidade de Negócio (APON) e o Plano de Negócio Preliminar da Oportunidade (PNPO), documentos estes que, dada a sensibilidade das informações e estratégias comerciais (**segredo de negócio**) para aproveitamento da oportunidade, são sigilosos nessa etapa do processo.,

Regulamento de Parcerias em Oportunidades de Negócio do SERPRO (RPON)

Artigo 3º, alínea e) Avaliação Preliminar de Oportunidade de Negócio (APON): ato inicial da etapa de planejamento de oportunidade de negócio em que a área responsável analisa de forma não exauriente a conveniência e a viabilidade da oportunidade de negócio em razão de sua aderência à atuação do SERPRO e projeções iniciais de mercado.

Artigo 3º, alínea x) Plano de Negócio Preliminar da Oportunidade (PNPO): documento-base para a estruturação preliminar de uma oportunidade de negócio, que se destina a descrever os objetivos gerais da oportunidade de negócio e do processo de escolha da parceira, sendo balizador para a elaboração do Plano de Negócio da Oportunidade (PNO).

Artigo 4º, item 4.1 A formação de parcerias e outras formas associativas em oportunidades de negócio deve ser precedida da abertura de processo administrativo eletrônico específico e observar, em regra, as seguintes etapas:

- a) planejamento da oportunidade de negócio;
- b) seleção do parceiro;
- c) homologação do processo; e
- d) formalização da parceria ou outra forma associativa.

3.1.7 O prazo estabelecido pelo SERPRO como vigência do contrato considera as projeções comerciais do aproveitamento da oportunidade de negócio com a comercialização da solução. Em outras palavras, o **sucesso comercial** da solução proposta precisa ser constatado para que a relação contratual seja estendida. Portanto, a pressuposição de prazos estendidos não coaduna com a presente proposta de Parceria em Oportunidade de Negócio.

3.2 - III.b – Ausência de parâmetros mínimos de remuneração do parceiro: violação à segurança jurídica e à lógica da parceria competitiva

3.2.1 Necessário esclarecer que, conforme previsto na Seção I do edital, o Chamamento Público 0309/2025 não visa uma relação de fornecimento e consumo, mas sim selecionar um parceiro **para, em conjunto** com o SERPRO, explorar uma oportunidade de negócio específica e definida. Logo, o preço não representa um fator de economicidade, por isso não foi solicitada proposta econômico-financeira no Chamamento Público.

3.2.2 A formação do preço do produto a ser comercializado, bem como as estratégias de comercialização e inserção no mercado, serão, após a seleção do parceiro e a celebração do contrato de parceria, estabelecidos no **Plano de Negócio**, que é o **documento elaborado em conjunto pelas parceiras** e destinado a descrever os objetivos e os passos necessários para alcançá-los.

3.2.3 Importante, ainda, reforçar que a Minuta-padrão de Contrato Associativo inserida no anexo VI do Chamamento Público prevê diversos parâmetros de resultados e repasses no item 8 “Compartilhamento de Resultados” e no item 10 “Valor e Condições de Repasse”, portanto não é silente como alega a impugnante.

3.3 – III.c – Indeterminação do objeto. Excessiva abstração na descrição da oportunidade de negócio

3.3.1 O anexo I do edital especifica o objeto, citando os aspectos gerais da oportunidade de negócio, os aspectos gerais da solução proposta, bem como sua finalidade e responsabilidades inerentes para a exploração da oportunidade com a descrição da responsabilidade individual do SERPRO e da parceira, portanto, a alegação de indeterminação do objeto não procede.

3.3.2 Além disso, a Seção II do edital prevê a possibilidade de as interessadas realizarem “Pedidos de Esclarecimento” específicos para auxiliar no entendimento do Chamamento Público. Ao longo do Chamamento Público, 09 (nove) esclarecimentos foram emanados pelo SERPRO, no entanto, a impugnante não se prestou a utilizar esse instrumento.

3.4 - III.d – Exigências técnicas desproporcionais e distorção nos critérios de avaliação

3.4.1 Alega a impugnante que o Edital do Chamamento Público carece de falta de metodologia e de referências, contudo tal alegação é descabida, uma vez que o edital e seus anexos contêm as especificidades e formas de demonstração das evidências de cada um dos requisitos. Reforça-se, a

elaboração do Edital do Chamamento Público foi integralmente alinhada ao art. 17.1 do Regulamento de Parcerias (RPON).

3.4.2 Não procede a alegação da impugnante, apontando que o edital estabelece requisitos desproporcionais e restritivos de comprovação, pois a definição dos aspectos técnicos quantitativos e qualitativos de Capacidade Técnico-Operacional seguiu as diretrizes e especificidades da solução proposta, proporcionais as características desejáveis em soluções públicas inovadoras.

3.4.3 Como exemplo, o item 9 do Anexo IV do Edital 0309/2025 é um requisito pontuável, portanto não obrigatório, que visa assegurar a capacidade de operação de tecnologias blockchain na solução proposta, considerando seu potencial para garantir rastreabilidade, integridade e transparência de dados, características desejáveis em soluções públicas inovadoras.

3.4.4 Equivoca-se a impugnante ao afirmar que os requisitos são obrigatórios. Tratam-se de requisitos pontuáveis, de natureza não obrigatória, portanto, é facultada sua apresentação pela interessada, visando impulsionar a qualificação das empresas que possuem processos e políticas corporativas consolidadas, porém, sem restringir a competitividade do procedimento seletivo.

4. CONCLUSÃO

4.1 O edital de Chamamento Público para seleção de parceiro privado em tela observa o princípio da isonomia, oportunizando o saneamento de defeitos e a impugnação dos atos.

4.2 Após a publicação do Chamamento Público, o pedido de impugnação apresentado pela impugnante **ABREMPAG** foi recebido tempestivamente e devidamente analisado.

4.3 Sem prejuízo de todos os apontamentos realizados nesse Parecer Técnico, o pedido da impugnante para cancelamento do edital ou subsidiariamente a sua retificação e republicação, não apresentou fundamentação apta a ensejar a reforma do Instrumento Convocatório, portanto, a Comissão Especial **concluiu pelo seu INDEFERIMENTO**.